

PLANO DE GESTÃO 2023-2025

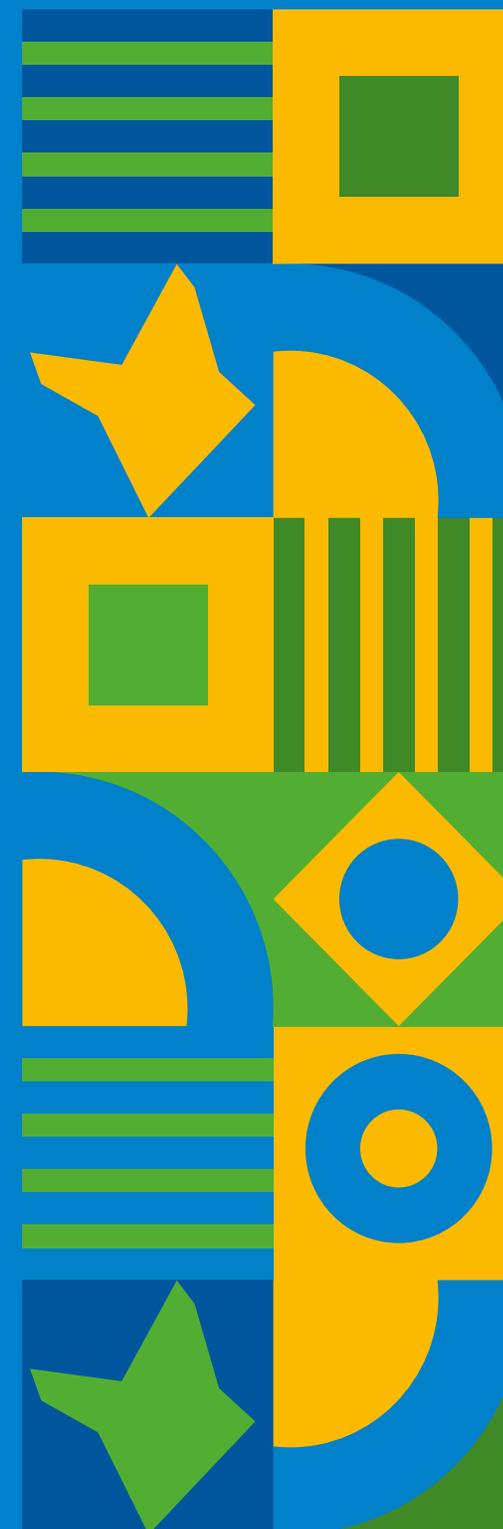
Cidadania e Inovação

RESULTADOS 2023

Presidente: Des. João Lages

Vice-presidente e Corregedor: Des. Carmo Antônio

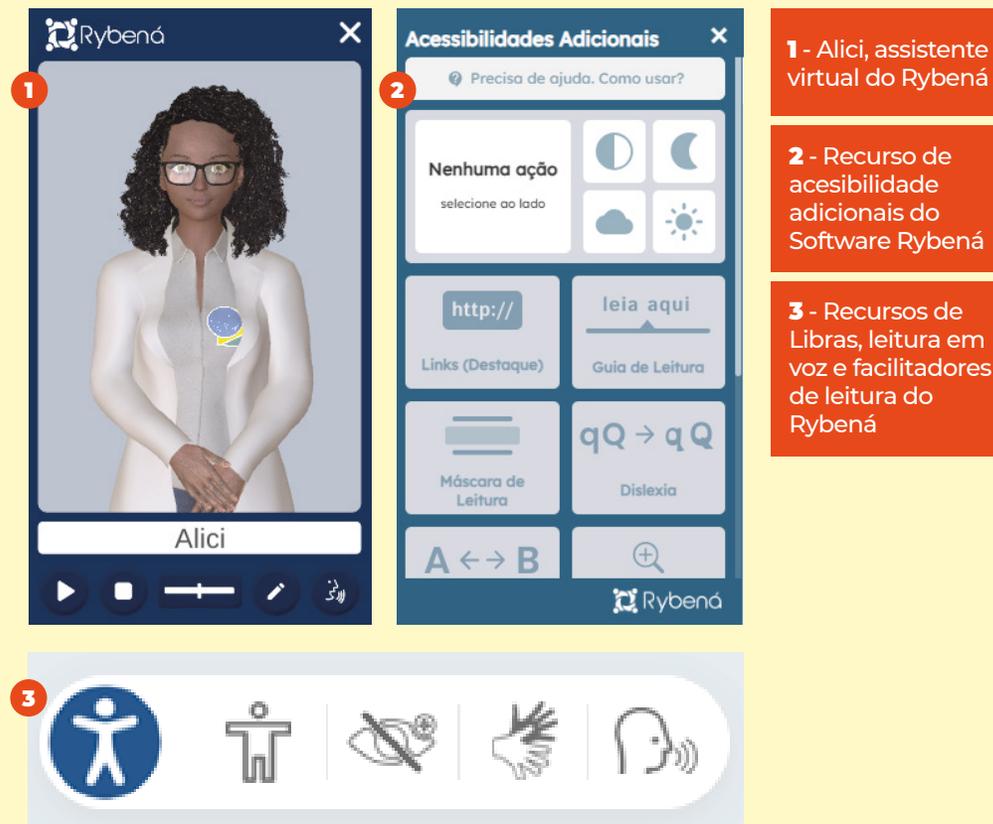
Elaboração: Assessoria de Planejamento e
Gestão Estratégica



Acessibilidade

Seguindo a Diretriz Estratégica Cidadania, Acessibilidade e Inclusão que norteou as iniciativas da Gestão do Des. João Lages, em 2023, buscou-se boas práticas para tornar este documento mais acessível para quem navega utilizando recursos de tecnologia Assistida. Assim, foram adotados os seguintes requisitos de acessibilidade

- 
Texto Pesquisável
 Para permitir a seleção de palavras para a leitura por um software assistente.
- 
Auxílios de Navegação
 Foram incluídos links, marcadores, cabeçalhos e sumário, auxiliares de navegação que ajudam a entender o documento sem ter que lê-lo por inteiro.
- 
Descrição das imagens relevantes
 Descrição textual das imagens que transmitem informações consideradas relevantes para a compreensão do conteúdo ou do contexto.



1 - Alici, assistente virtual do Rybená

2 - Recurso de acessibilidade adicionais do Software Rybená

3 - Recursos de Libras, leitura em voz e facilitadores de leitura do Rybená

Os sites da Justiça Eleitoral possuem a ferramenta Rybená, que permite a leitura em voz alta e a tradução para libras do texto de páginas e documentos, além de outras opções de acessibilidade, como: Links, Guia de leitura, Máscara de leitura, Dislexia, Espaçamento e Zoom.

Caso necessite, você pode utilizar a tecnologia assistiva do Tribunal ou a de sua preferência, pois todos os textos deste Plano de gestão são pesquisáveis.

Sumário

- 
- 04** Apresentação
 - 05** Mensagem do Presidente
 - 06** Mapa Estratégico
 - 07** Objetivos Estratégicos
 - 08** Diretrizes Estratégicas
 - 09** Mapa Plano de Gestão
 - 10** Mapa Planejamento Estratégico
 - 11** Sociedade
 - 13** Processos Internos
 - 19** Aprendizado e Crescimento
 - 22** Resumo
 - 23** Iniciativas em Destaque
 - 36** Acordos de Cooperação Técnica
 - 37** Premiações
 - 40** Conclusão



Apresentação

O Regimento Interno do TRE/AP (Res. 402/2012). Atribui ao Presidente do Tribunal, no art. 16, XXXII:

XXXII – apresentar, até o segundo mês subsequente ao da posse, o seu plano de gestão para o biênio e, no último mês que anteceder ao término do seu mandato, a prestação de contas de sua administração, expondo a situação da Justiça Eleitoral no Estado, suas necessidades para a próxima gestão e demais problemas relacionados com o serviço eleitoral, os quais serão submetidos à apreciação do Tribunal e, uma vez aprovados, publicados no órgão oficial.

Nesse sentido, foi elaborado o Plano de Gestão, de forma colaborativa com os gestores da alta administração, contendo 18 (dezoito) Diretrizes Estratégicas e 107 (cento e sete) iniciativas, agrupadas nos Objetivos Estratégicos do Planejamento Estratégico 2021-2026, definidos na Resolução CNJ nº 325/2020, que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o período 2021-2026, na Resolução TREAP nº 559/2021, que instituiu o Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá para o período 2021-2026 e na integração com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que compõe a Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas – ONU.

Durante o exercício de 2023 foram concluídas 36 iniciativas, sendo 71 em andamento, ou seja, as iniciativas ou foram finalizadas ou estão sendo executadas, demonstrando a aderência das ações ao planejamento apresentado. Destacam-se nesse exercício as seguintes realizações: Ações inclusivas direcionadas às pessoas com deficiência, garantia do voto das minorias, como ações na aldeia Aramirã, aprimoramento da transparência, realização de processos participativos, implementação da ferramenta de Business Intelligence, redução do acervo processual, Gestão da Sustentabilidade, Prêmio CNJ de Qualidade, Gestão da Inovação, Gestão e Disseminação do Conhecimento, Promoção do Reconhecimento, Bem Estar e Saúde, aprimoramento da Gestão Orçamentária e aprimoramento da Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD).

Mensagem do Presidente



Desembargador João Lages

Ao longo de 2023 foram implementados diversos projetos no âmbito da Justiça Eleitoral amapaense. Os compromissos foram firmados quando da apresentação do Plano de minha Gestão para o Biênio 2023/2025.

A gestão estratégica pressupõe um processo participativo e contínuo, que deve ser acompanhado permanentemente por todas as integrantes e todos os integrantes da instituição. Ao planejar foi possível ao TRE-AP nortear suas ações institucionais, promover o alinhamento e a integração de todas as unidades em busca de um objetivo comum: atendimento prioritário à sociedade.

O Plano de Gestão, estruturado em diretrizes estratégicas e iniciativas constitui uma ferramenta destinada a convergir os esforços de todas as áreas envolvidas. As iniciativas apresentadas demonstram o compromisso rumo a uma Justiça mais eficiente, que valoriza seu público interno e externo, por meio de uma gestão ética, transparente, inovadora, participativa e humanizada.

Os desafios da gestão que assumi no Tribunal Regional Eleitoral do Amapá são extensos, sobretudo no que diz respeito à sociedade, que anseia por serviços públicos eficientes e de qualidade, nesse contexto a implementação de ações inovadoras foram imprescindíveis e continuarão sendo uma marca de minha gestão, sempre buscando melhorias com uso de diversas tecnologias que se apresentam.

Ao longo de 2024, darei continuidade na melhoria dos processos internos, no atendimento prioritário à sociedade e nas ações de aperfeiçoamento e transparência do controle social, sempre buscando fortalecer cada vez mais os valores de nossa democracia.

Em 2024, teremos um grande desafio: Eleições municipais. Não mediremos esforços para viabilizar o atendimento à sociedade e a realização do pleito que se apresenta, de forma célere e segura, garantido a todas e todos a garantia constitucional do direito de votar e ser votado.

Conto com a união e com os esforços de todas e de todos para que juntos possamos enaltecer, cada vez mais, a imagem e o respeito que o TRE/AP possui junto à sociedade amapaense.

Identidade Institucional



Objetivos Estratégicos



Diretrizes Estratégicas



Cidadania, Acessibilidade e Inclusão

Minorias e acolhimento social



Combate à desinformação

Transparência Institucional



Prêmio CNJ de Qualidade 2023/2024

Eleições 2024

Gestão da Inovação

Governança e Gestão



Gestão Judiciária



Sustentabilidade como Política Institucional

Gestão de Parcerias e Contratações



Aprimorar a Gestão de Riscos

Melhoria e Aprimoramento do Controle e da Fiscalização



Avanço Tecnológico com foco no desempenho Institucional

Garantia da Segurança da Informação e a conformidade do TRE-AP à LGPD



Aprimorar a Gestão e Disseminação do conhecimento

Promoção do reconhecimento, bem-estar e saúde



Planejamento Orçamentário e Financeiro

Mapa Plano de Gestão



Planejamento Estratégico 2021/2026



SOCIEDADE

Garantia dos direitos fundamentais

Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.

Cidadania, Acessibilidade e Inclusão

INICIATIVAS

1 - Projeto ABC da Cidadania	2 - Projeto Caravana da Cidadania	3 - Ações inclusivas direcionadas às pessoas com deficiência
4 - Projeto Acessibilidade Libras para atendimento ao eleitor	5 - Resgate de eleitores e ressocialização de ex-presidiários	6 - Incentivar e implementar ações para participação política da mulher
7 - Projeto Política e Cidadania	8 - Desenvolver ações voltadas ao fortalecimento da memória institucional	



Minorias e acolhimento social

INICIATIVAS

1 - Garantia de voto das minorias	2 - Ações itinerantes para prestações de serviços (Res. CNJ nº 425/2021)
--	---



SOCIEDADE

Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade

Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.

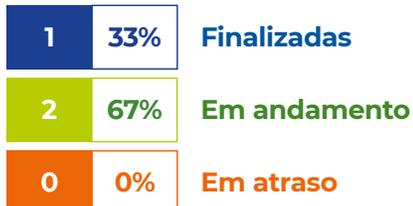
Combate à desinformação

INICIATIVAS

1 - Campanhas institucionais

2 - Implementar programa de rádio: "Por dentro da Justiça Eleitoral" ou "Justiça Eleitoral em foco" em parceria com TJAP

3 - Capacitar porta vozes - magistrados(as) e servidores(as) para atendimento à imprensa e incentivar a utilização da linguagem cidadã



Transparência institucional

INICIATIVAS

1 - Instituir a Política de Gestão de Conteúdo

2 - Ajustar o portal para atendimento do Ranking da Transparência

3 - Facilitar e ampliar o registro e tratamento das demandas aportadas na ouvidoria eleitoral

4 - Produção de videodocumentários

5 - Reuniões com representantes partidários

6 - Projeto Circuito Eleitoral – Eleições 2024

7 - Ampliar a realização de processos participativos



PROCESSOS INTERNOS

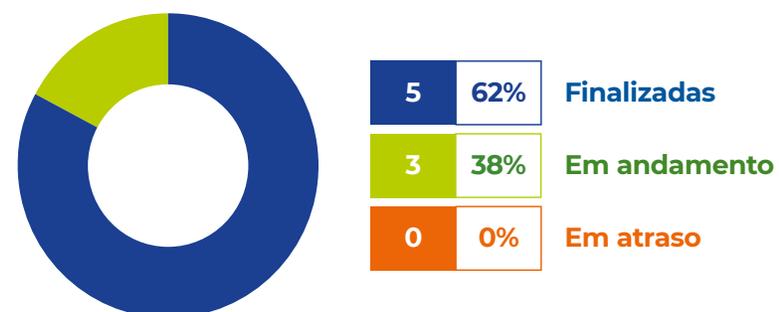
Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional

Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Visa também soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.



INICIATIVAS

1 - Atualização do Regimento Interno para supressão e incorporação de atribuições e procedimentos	2 - Implantar ações para redução de tempo tramitação dos processos pendentes líquidos	3 - Implementar sistema Business Intelligence - BI para acompanhamento da Gestão Processual
4 - Implementar melhorias nos processos de Prestação de Contas para reduzir o tempo médio dos processos	5 - Aperfeiçoar procedimentos internos visando maior celeridade processual	6 - Capacitação do corpo técnico
7 - Sistematizar a gestão do acervo processual para reduzir a taxa de congestionamento líquido	8 - Implementar Projeto Pauta Limpa	



PROCESSOS INTERNOS

Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais

Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

Aprimorar a gestão dos feitos criminais

INICIATIVAS

1 - Atuar de forma efetiva e eficaz nos crimes de natureza eleitoral

2 - Aprimorar a gestão dos feitos criminais no 1º e 2º grau de jurisdição



0	0%	Finalizadas
2	100%	Em andamento
0	0%	Em atraso

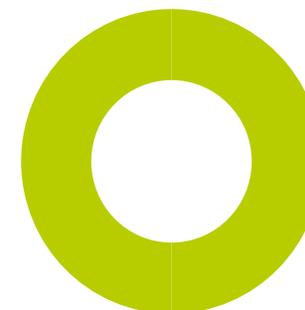
Melhoria e aprimoramento do controle e da fiscalização

INICIATIVAS

1 - Desenvolver mecanismos de mensuração de desempenho

2 - Aplicar e monitorar a Gestão de Riscos

3 - Assegurar a atuação da auditoria interna em conformidade com as diretrizes da Res. CNJ nº 309/2020



0	0%	Finalizadas
3	100%	Em andamento
0	0%	Em atraso

PROCESSOS INTERNOS

Promoção da Sustentabilidade

Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Sustentabilidade como Política Institucional

INICIATIVAS

1 - Aprimorar a Gestão do Plano de Logística Sustentável.

2 - Promover ações que reduzam o consumo de recursos naturais

3 - Ações para redução/eliminação do consumo de recursos plásticos, priorizando, sempre que possível, materiais sustentáveis

4 - Ações para promoção da redução de emissão de CO2 (Res. CNJ nº 400/2021)

5 - Projeto "Eleições Sustentáveis"



Gestão de Contratações e Parcerias

INICIATIVAS

1 - Melhoria dos instrumentos e os processos relacionados às aquisições sustentáveis

2 - Capacitação do corpo técnico

3 - Formalização de mecanismos de cooperação com outros órgãos e ONG's



PROCESSOS INTERNOS

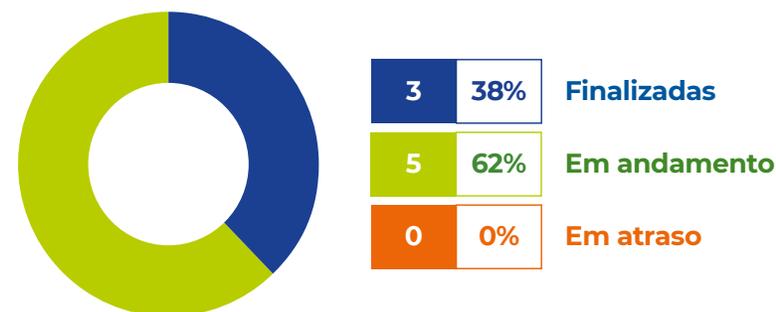
Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária

Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de justiça. Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão

Prêmio CNJ de Qualidade 2023/2024

INICIATIVAS

1 - Elaboração do Plano de Ações com finalidade de definir metas, prazos e responsabilidades	2 - Monitoramento dos requisitos e transparência nas informações para melhoria do desempenho.	3 - Levantamento das condições que impediram o seu patamar mais alto
4 - Realização de reuniões periódicas a fim de dirimir dúvidas e orientar o andamento dos trabalhos.	5 - Implementar ações para melhoria dos requisitos do Eixo Produtividade	6 - Parcerias com outros órgãos (TRE's e TJ's).
7 - Implementação de cursos de capacitação	8 - Implementação das ferramentas de Business Intelligence - BI para acompanhamento dos indicadores de produtividade.	



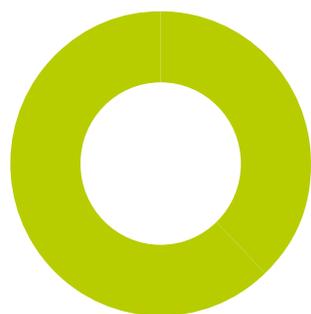
PROCESSOS INTERNOS

Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária

Eleições 2024

INICIATIVAS

- 1 - Plano Integrado das Eleições de 2024
- 2 - Aprimorar os mecanismos de planejamento e monitoramento dos processos - atividades planejadas
- 3 - Realizar a avaliação do pleito de 2024, com base nos resultados das melhorias implementadas
- 4 - Combate à desinformação
- 5 - Manual de procedimentos para as Eleições de 2024 (Zonas Eleitorais)
- 6 - Treinamento e capacitação



0	0%	Finalizadas
6	100%	Em andamento
0	0%	Em atraso

Gestão da Inovação

INICIATIVAS

- 1 - Ativar o Laboratório de Inovação do TRE-AP (LAB-IN/TRE-AP)
- 2 - Prototipar e executar projetos de inovação que tenham impacto na sociedade e na Agenda 2030 da ONU
- 3 - Promover a qualificação dos serviços prestados nas Zonas Eleitorais, implementando programa que vise implantar um cartório modelo
- 4 - Desenvolvimento de projetos geradores de inovação com foco na melhoria dos serviços e no desempenho do TRE-AP



1	25%	Finalizadas
3	75%	Em andamento
0	0%	Em atraso

PROCESSOS INTERNOS

Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária

Governança e Gestão



INICIATIVAS

1 - Aperfeiçoar o modelo de governança e de gestão estratégica

2 - Simplificar a estrutura de governança e gestão

3 - Implementar práticas para melhoria dos índice do TREPAP e aumentar o nível de maturidade institucional em governança.

4 - Realizar a revisão do Planejamento Estratégico 2021-2026 e seus desdobramentos nas áreas de gestão

5 - Elaborar um Plano de Comunicação voltado para divulgação interna da estratégia 2021-2026

6 - Assegurar a atuação da auditoria interna em conformidade com as diretrizes da Res. CNJ nº 309/2020.

7 - Implementar métodos de segurança orgânica em consonância com a Política de Segurança do Poder Judiciário (Res. CNJ nº 435/2021).

8 - Elaborar metodologia de Gestão de Projetos, visando simplificar e verificar a sua utilização pelas unidades.

9 - Aplicar e monitorar a Gestão de Riscos

10 - Desenvolver mecanismos para mensuração de processos de trabalho



APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.

Aprimorar a Gestão e disseminação do conhecimento

INICIATIVAS

- 1 -** Impulsionar práticas voltadas à disseminação e transmissão do conhecimento
- 2 -** Promover a capacitação da força de trabalho visando ao desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais
- 3 -** Implementar iniciativas para melhorar a qualidade dos serviços prestados e condições de trabalho dos servidores
- 4 -** Realização de pesquisa sobre clima organizacional para realização de ações de melhoria
- 5 -** Elaborar de plano de ação para sucessão de carreiras
- 6 -** Promover a capacitação continuada para formação de lideranças e para o gerenciamento de equipe de trabalho



1	17%	Finalizadas
5	83%	Em andamento
0	0%	Em atraso

Promoção do reconhecimento, bem-estar e saúde

INICIATIVAS

- 1 -** Incentivar a adoção de hábitos saudáveis e promover a saúde de magistrados(as), servidores (as) e colaboradores (as)
- 2 -** Consolidar o programa saúde do servidor
- 3 -** Desenvolver iniciativas de valorização do servidor incluindo programas de certificação e incentivo à capacitação, premiação e reconhecimento por melhores práticas
- 4 -** Aperfeiçoar os mecanismos para Gestão do Teletrabalho
- 5 -** Fomentar o reconhecimento dos servidores e incluir as Zonas Eleitorais nas ações institucionais.
- 6 -** Implementar planos de desenvolvimento individual e gerencial
- 7 -** Implementar processo seletivo para ocupação de CJ's e FC's
- 8 -** Implementar planejamento de processos sucessórios das ocupações críticas do TRE-AP, a fim de manter os níveis de eficiência e eficácia das atividades
- 9 -** Desenvolver ações de incentivo cultural no âmbito da música, arte e literatura



1	11%	Finalizadas
8	89%	Em andamento
0	0%	Em atraso

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

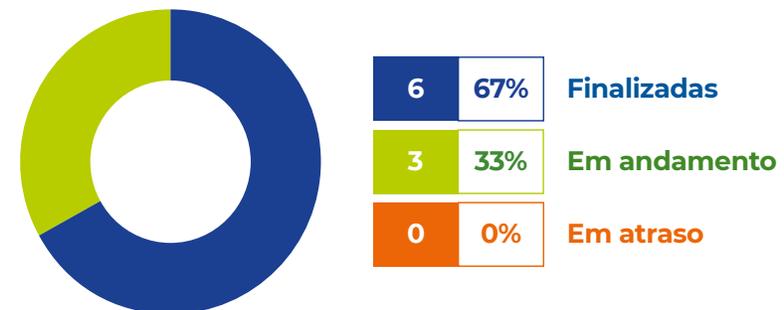
Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira

Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.



INICIATIVAS

1 - Implementar ações que visem aprimorar a gestão orçamentária e financeira	2 - Reestruturar e remodelar relatórios e normas disponibilizadas pela área orçamentária e financeira em painéis de BI – Business Intelligence	3 - Implementar painéis de informação sobre a gestão orçamentária e financeira e custos na intranet e internet
4 - Aprimorar o planejamento orçamentário e a qualidade dos gastos, através de ações de otimização de recursos públicos	5 - Direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias.	6 - Alinhar o Planejamento Orçamentário ao Planejamento Estratégico através de estrutura de execução por programas e projetos
7 - Aperfeiçoar a Gestão de Contratos, através da melhoria dos processos de trabalho e uso de ferramentas informatizadas.	8 - Antecipar atas de registros de preços das principais contratações para as Eleições de 2024	9 - Ações para diminuição dos custos administrativos com desburocratização dos processos de contratação, redução do estoque físico com material e atendimento programado das demandas das unidades



APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de proteção de dados

Programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.

Avanço tecnológico com foco no desempenho institucional

INICIATIVAS

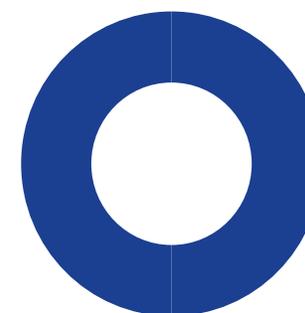
1 - Implementar ações previstas no Planejamento de TI	2 - Aumentar a satisfação dos usuários internos e externos em relação as soluções de TI	3 - Promover a transformação digital
4 - Aprimorar os serviços de infraestrutura de TI e as soluções corporativas.	5 - Aprimorar a segurança da informação	6 - Alcançar a classificação "excelência" no Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD).
7 - Ações para aprimoramento da pontuação e classificação do TRE-AP no Prêmio CNJ de Qualidade 2023-2024	8 - Prover o TRE-AP de soluções tecnológicas para o gerenciamento de dados e informações gerenciais, que auxiliem no processo decisório e possibilitem a ampla divulgação do desempenho institucional	9 - Promover o aprimoramento das soluções de Business Intelligence - BI desenvolvidas



Garantia da segurança da informação e a conformidade do TREAP à LGPD

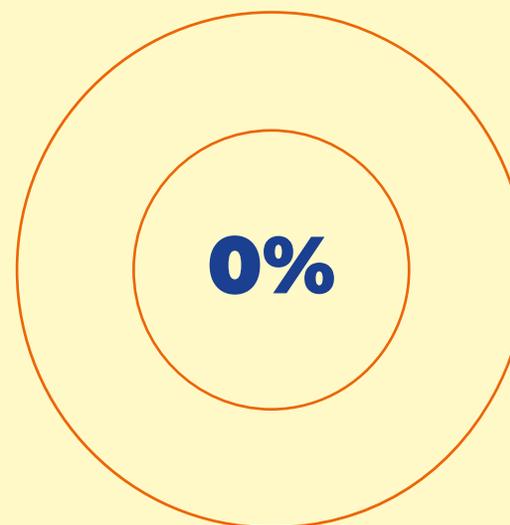
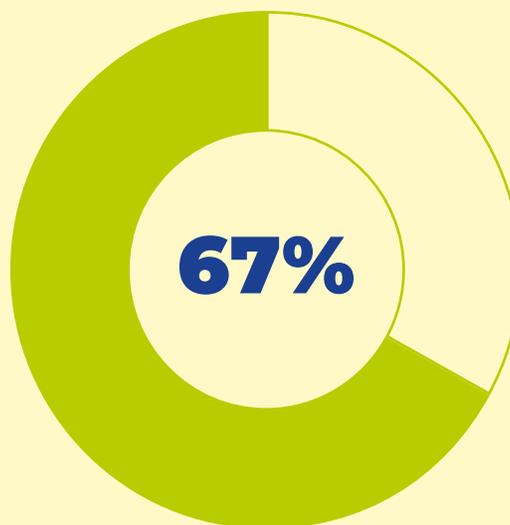
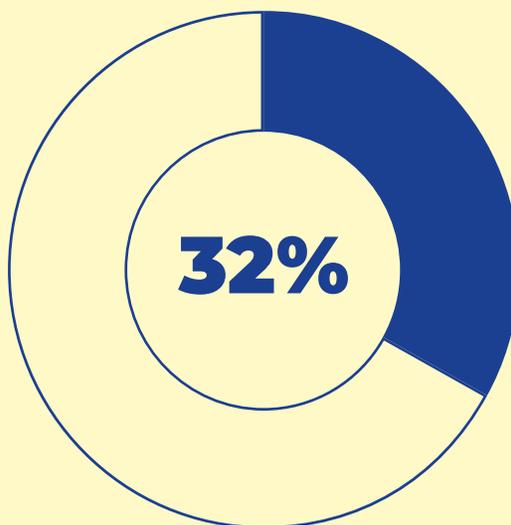
INICIATIVAS

1 - Implementar medidas visando a aplicação das regras contidas na LGPD.	2 - Promover ações contínuas para o aprimoramento da segurança da informação no âmbito do TRE-AP	3 - Aprimorar a segurança da informação e gestão de dados
---	---	--





Resumo



Iniciativas em destaque

1 Reestruturação Administrativa

Por meio da Resolução TRE-AP nº 01/2023 foi aprovada a reestruturação das unidades administrativas do Tribunal, com vistas ao atingimento das estratégias institucionais através da otimização e racionalização dos processos de trabalho com vistas ao alcance e aperfeiçoamento da missão institucional.



2 Realização de Audiências Públicas

Em 2023, diversas audiências públicas foram realizadas. As audiências públicas tiveram como finalidade ouvir as demandas da população, entre elas a criação de mais seções eleitorais. A realização de audiências públicas faz parte do Plano de Gestão para o Biênio 2023-2025.



3 Ações de Acessibilidade e Inclusão

O Programa de acessibilidade e Inclusão do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá tem como objetivo a implementação gradual de medidas para a remoção de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nas comunicações, atitudinais e tecnológicas. A intenção é promover o amplo e irrestrito acesso de pessoas aos espaços e serviços da justiça eleitoral do amapá. Para tanto, em 2023 foram desenvolvidos trabalhos em várias frentes de atuação. Tais ações fazem com que o processo eleitoral suba cada vez mais rumo à acessibilidade plena.



4 Ações de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e Contra Discriminação

Atender a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de todas as Formas de Discriminação instituída pelo CNJ, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito da Justiça Eleitoral da Amapá contou com diversas iniciativas. O TRE-AP atuou em 2023 de forma efetiva na prevenção e combate ao Assédio Moral e Sexual e contra toda e qualquer forma de discriminação.



5 Gestão da Sustentabilidade

A sustentabilidade é o princípio de equilíbrio entre preservar o meio ambiente e seus recursos naturais, em conformidade com a manutenção da qualidade de vida das pessoas, do desenvolvimento econômico e dos avanços tecnológicos.

O Plano de Gestão 2023/2025 alinhou-se ao Planejamento Estratégico do Tribunal, a Resolução CNJ nº 400/2021 e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

Em 2023 práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos no âmbito do TRE-AP foram realizados para atender a Política de Sustentabilidade do Tribunal. Tais ações fizeram com que o Tribunal alcançasse a 8ª colocação no Índice de Desempenho da Sustentabilidade, no segmento Justiça Eleitoral.



6 Política de Gestão da Inovação

O Laboratório de Inovação da Justiça Eleitoral do Amapá (LAB-IN/TRE-AP) é um ambiente criado para desenvolver ações voltadas ao fomento da inovação e tem como objetivo auxiliar no aprimoramento das atividades do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, por meio da difusão da cultura da inovação, com a finalidade de implementar ideias que criem uma forma de atuação e gerem valor para a Instituição, seja por meio de novos produtos, serviços e processos de trabalho ou outra alternativa eficaz de solucionar problemas complexos encontrados no desenvolvimento das atividades que lhe são afetas.

A Política de Gestão da Inovação é umas Diretrizes Estratégicas da atual gestão. Em 2023, diversas ações e projetos foram realizados.



7 Encontro do Colégio de Corregedores

O Colégio de Corregedores Eleitorais do Brasil realiza tradicionalmente dois encontros anuais, dos quais participam os Corregedores Eleitorais dos TRE´s, membros do colegiado, os juízes(as) auxiliares das respectivas Corregedorias e servidores(as), além de Ministros(as) do Tribunal Superior Eleitoral- TSE e de palestrantes convidados(as).

É a primeira vez que o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) recebe o evento.



8 Programa Eleitor do Futuro

O Programa Eleitor do Futuro, idealizado pelo Ministro Sávio de Figueiredo Teixeira, é uma iniciativa da Justiça Eleitoral que tem como principal finalidade investir na educação, com o propósito de ampliar, capacitar, mobilizar jovens eleitores do país, buscando o exercício livre e consciente do direito de votar ressaltando sua importância como instrumento de garantia de cidadania.

Em 2023, diversas escolas participaram do projeto. Dentre as atividades, crianças e adolescentes participaram da simulação de uma eleição tradicional, que elege os representantes de turma de cada escola parceira do programa Eleitor do Futuro.



9 Ações Itinerantes

Em 2023, diversas ações itinerantes foram realizadas no Estado, levando a diversas comunidades os serviços da Justiça Eleitoral. O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) levou os serviços de alistamento eleitoral, revisão, regularização de título de eleitor, além de treinamento de eleitores e a exposição “Oiapoque, aqui começa o Brasil e a Democracia”, iniciativa da Escola Judiciária Eleitoral.



10 Sessões Itinerantes

Em 2023, com a finalidade de aproximar a Corte Eleitoral da sociedade, o Tribunal realizou sessões itinerantes em várias comunidades do Estado. Dentre as localidades destaca-se a Sessão realizada dentro da Aldeia Aramirã, na Terra Indígena Waiãpi, no município de Pedra Branca do Amapari.



10 Empoderamento Indígena por meio da educação: Formação Continuada dos Professores para a Promoção da Participação Política

O presente projeto de inclusão indígena visa desenvolver competências profissionais específicas relativas ao conhecimento a ser ensinado aos professores indígenas e não indígenas sobre eleições e democracia de maneira ativa, bem informada e crítica, com o intuito de garantir a proteção e preservação da etnia, em virtude da especificidade cultural, territorial e social dos povos indígenas.



11 Projeto Política e Cidadania

O Projeto Política e Cidadania tem como objetivo capacitar os futuros pretensos candidatos(as) que concorrerão aos cargos eletivos das Eleições Municipais de 2024 e atualizar os servidores(as) nas temáticas afetas às Eleições.

O projeto é coordenado pela Escola Judiciária Eleitoral. As palestras são gratuitas, abertas ao público, ministradas por servidores da Justiça Eleitoral, especialistas nos temas tratados. A meta é levar a capacitação para todos os municípios do estado.

PROJETO POLÍTICA E CIDADANIA

CAPACITAÇÃO PARA ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2024

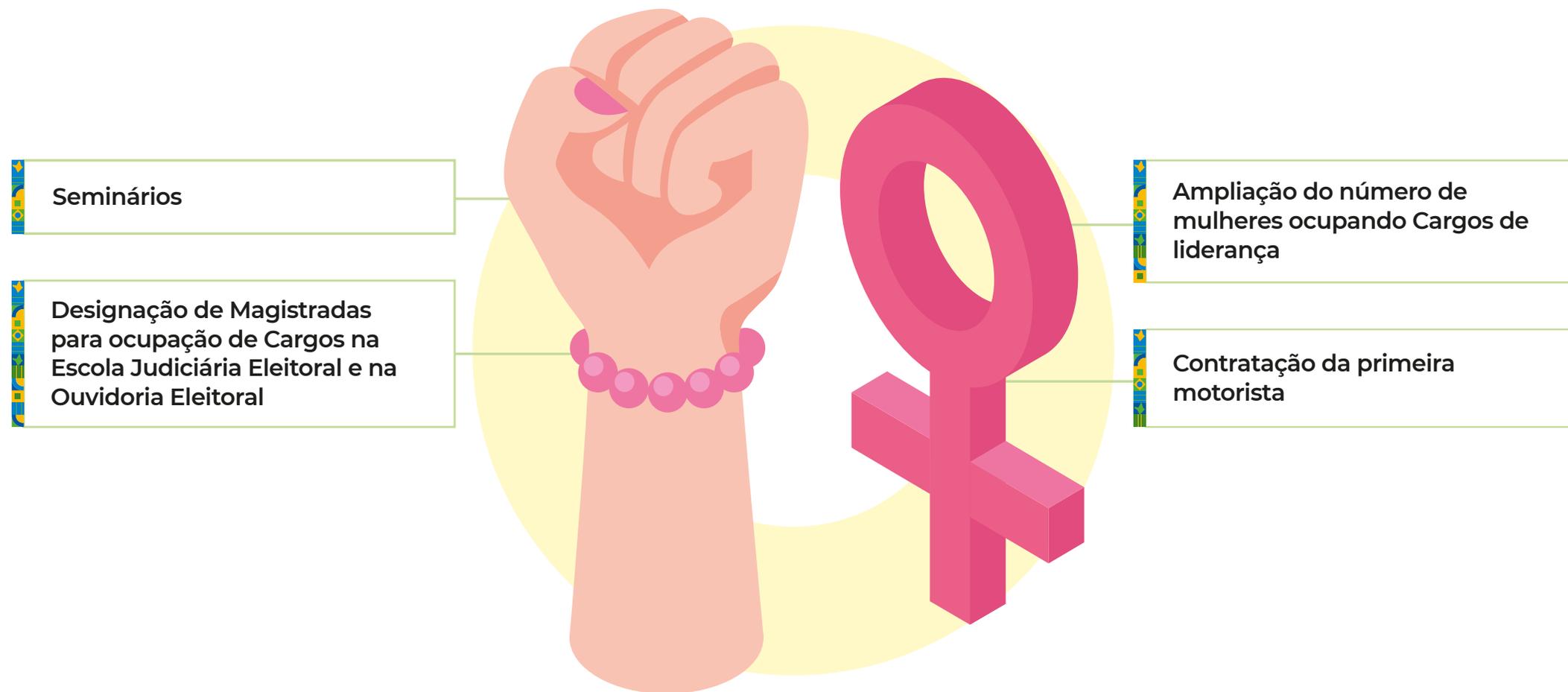
Novembro de 2023

Oiapoque, Laranjal do Jari, Amapá, Porto Grande e Macapá.

 Emanuel Flexa Segurança do Voto Eletrônico	 Mylene Lages Candidaturas/ Participação Feminina na Política	 Lena Márcia Candidaturas/ Participação Feminina na Política	
 Francisco Barros Prestação de Contas	 Moisés Campos Prestação de Contas	 Gerson Miranda Propaganda Eleitoral	 Heverton Fernandes Propaganda Eleitoral Desinformação/Fake News

12 Participação Feminina

Em 2023, foram realizadas iniciativas que prezam pela equidade de gênero. No âmbito do Tribunal a Comissão de Participação Feminina que em conjunto com a Escola Judiciária Eleitoral e com outras unidades realizaram seminários e propuseram medidas. Na atual gestão houve a ampliação do número de mulheres ocupantes de cargos de liderança, sendo que das 4 secretarias existentes, 3 são lideradas por mulheres.



13 Gestão de Pessoas

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) é área meio de vital importância para o funcionamento do órgão. Em linhas gerais, a SGP é responsável por conduzir o processo seletivo para ingresso no quadro efetivo de servidores (concurso público), gerir o desempenho dos mesmos (avaliação periódica), zelar pela saúde integral dos servidores (física e psicológica), monitorar e intervir para melhorias do clima organizacional (ferramenta de gestão estratégica), investir no desenvolvimento humano (gerando múltiplas melhorias, inclusive, quanto ao atendimento ao público), administrar a folha salarial de magistradas e magistrados, servidoras e servidores, entre muitas outras atividades.

Em 2023, a Secretaria de Gestão Pessoas tendo como diretriz o Plano de Gestão de 2023/2025 realizou diversas ações que contribuíram para o aprimoramento das suas atividades e melhor atendimento ao público interno.



14 Acordos de Cooperação Técnica

Considerando a Resolução CNJ nº 350/2020, em 2023 o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá realizou diversos acordos de cooperação técnica com órgãos federais, estaduais e municipais. Os acordos possibilitaram execução de projetos e ações nas áreas de tecnologia, capacitação, cidadania, sustentabilidade, jurisdicional, acessibilidade e inclusão.



**NÚCLEO DE COOPERAÇÃO
JUDICIÁRIA DO TRE AMAPÁ**

15 Premiações



a) Selo Boas Práticas da Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral e Destaque Cidadania 2022-2023

O projeto “Democracia é Inclusão: promovendo a participação política dos Povos Indígenas do Amapá” ficou em primeiro lugar na categoria “atendimento a comunidades indígenas e a famílias assentadas”, no Selo Boas Práticas da Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral 2022-2023 e Destaque Cidadania 2022-2023. O selo de Boa Práticas CGE/TSE se propõe a reconhecer e exaltar práticas desenvolvidas pelas Corregedorias Regionais Eleitorais. Em 2022, a equipe da Corregedoria Eleitoral do Amapá, sob a gestão do atual presidente do TRE-AP, desembargador João Lages, à época Corregedor Eleitoral, levou até a Aldeia Aramirã a capacitação para eleitores indígenas acerca do manuseio da urna eletrônica. A prática inovadora foi desenvolvida para atender eleitores que residem em regiões de difícil acesso no estado, especialmente os Povos Originários.

15 Premiações



b) iGovTIC-JUD

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá alcançou nível de excelência no Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD), pelo segundo ano consecutivo, com 93,29.

Criado pelo Conselho Nacional de Justiça para aferir o nível de cumprimento das Diretrizes Estratégicas de Nivelamento especificadas, o iGovTIC-JUD também acompanha a Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Poder Judiciário.

15 Premiações

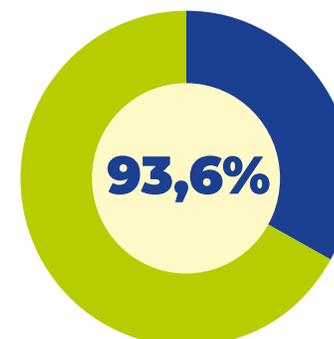
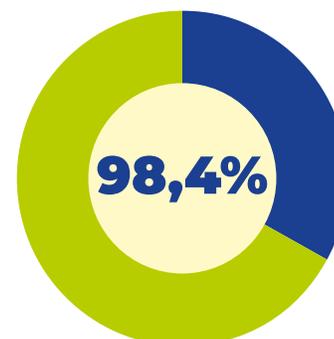


c) Prêmio CNJ de Qualidade 2023: Diamante

Em 2023, o TRE-AP foi agraciado com a categoria DIAMANTE no Prêmio CNJ de Qualidade, alcançando a 2ª colocação geral. Regulamentado, em 2023, por meio da Portaria CNJ nº 82/2023, o Prêmio CNJ de Qualidade foi criado em 2019, em substituição ao antigo Selo Justiça em Números, e tem por finalidade estimular os tribunais brasileiros na busca pela excelência na gestão e no planejamento, bem como reconhecer os tribunais pela qualidade da gestão administrativa e judiciária, produção de dados estatísticos e transparência das informações.

A avaliação do CNJ foi segmentada em quatro eixos temáticos: Governança; Produtividade; Transparência e Dados e Tecnologia, destacando-se, no caso deste Regional, o alcance máximo e integral dos requisitos dos eixos governança e Dados e Tecnologia.

Essa foi a primeira vez que o Eleitoral amapaense foi premiado na categoria DIAMANTE ocupando lugar de destaque dentre os órgãos do Poder Judiciário, superando o inédito ouro de 2022. O resultado alcançado reflete o compromisso do Órgão em prestar um serviço de qualidade, primando pela busca da excelência na gestão e no planejamento, traduzida, especialmente, na sistematização e disseminação das informações e no incremento da eficiência da prestação jurisdicional.



Conclusão

As diretrizes estratégicas apresentadas visaram assegurar e a fortalecer a relação institucional com o cidadão, promover a sustentabilidade, a acessibilidade e inclusão, a inovação e aperfeiçoar a gestão judicial e administrativa.

Destaco, nesse exercício, o ineditismo do alcance do Prêmio CNJ de Qualidade, na categoria Diamante, superando o até então inédito Ouro de 2022. O título de 2º melhor tribunal do país requer método, disciplina e planejamento. Medidas para superar a conquista deste ano continuarão sendo buscadas, pois somente alcançaremos o tão sonhado nível da categoria Excelência se continuarmos buscando, continuamente, as melhorias nos processos internos de trabalho, tendo como foco à sociedade amapaense.

Diante disso, os resultados até aqui conquistados demonstram comprometimento de magistradas e magistrados, servidoras e servidores, estagiárias e estagiários e terceirizadas e terceirados.

Neste sentido, reafirmo o compromisso na busca por resultados cada vez melhores, consciente de que a busca pela excelência não é um ato, mas um hábito a ser continuamente exercitado no âmbito da Justiça Eleitoral amapaense.



PLANO DE GESTÃO 2023-2025

Cidadania e Inovação

RESULTADOS 2023



**Tribunal
Regional
Eleitoral-AP**



Tribunal
Regional
Eleitoral-AP

